

O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA GESTÃO COMUNITÁRIA DOS RECURSOS NATURAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Tomás Adriano Siteo

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, Maputo, Moçambique.

E-mail: sitoetoms@yahoo.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5034-8142>

Submetido em: 18/06/2025 Aceito em: 19/01/2026
DOI: <https://doi.org/10.5380/guaju.v12i.100143>



Resumo

Apesar do crescente reconhecimento da importância do capital social para o desenvolvimento, persiste uma lacuna na forma como ele influencia a prevenção e a resolução de conflitos relacionados à gestão comunitária de recursos naturais. Este artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, visa elucidar experiências internacionais sobre o papel do capital social na prevenção e resolução de conflitos no manejo de recursos naturais. Os resultados sugerem que o fortalecimento do capital social deve fazer parte das estratégias de Gestão Comunitária de Recursos Naturais. Isso, por sua vez, implica o reconhecimento e a valorização do conhecimento e das estruturas locais, a promoção da equidade e a garantia de políticas públicas coerentes.

Palavras-chave: Capital Social. Gestão Comunitária de Recursos Naturais. Conflitos.

Abstract

Although there has been increasing recognition of the importance of social capital for development, there persist a gap in the way it influences conflict prevention and resolution regarding community natural resources management. This paper, through a desk review aims to elucidate international experiences regarding the role of social capital in conflict prevention and resolution natural resources management. Results suggest that strengthening of social capital should be part of the Community-Based Natural Resource Management strategies. This in turn implies recognition and valorisation of local knowledge, and structures, and equity promotion, and ensuring coherent public policies

Keywords: Social Capital. Community-Based Natural Resource Management. Conflict.

1. INTRODUÇÃO

O manejo comunitário dos recursos naturais (Community-Based Natural Resource Management - CBNRM) como termo e abordagem surgiu no início da década 1990 e se refere ao uso coletivo e manejo dos recursos naturais nas zonas rurais pelas comunidades com identidade distinta e bem definida, utilizando instalações de propriedade comunitária (Adams; Hulme, 2001).

A ideia subjacente por detrás da CBNRM é de que esta abordagem representa a forma de gestão mais adequada do que a colocação de vedações que excluem as populações do uso dos recursos. O princípio chave dessas iniciativas baseadas nas comunidades é o alinhamento da conservação de longo termo com as necessidades de curto prazo das populações locais, assegurando que os membros das comunidades obtenham algum benefício resultante da sua participação nos esforços da conservação (Adams et al., 2004; Agrawal; Redford, 2006). A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, reforçou esse princípio ao afirmar que soluções sustentáveis devem emergir do nível local, baseando-se em iniciativas comunitárias (Ghai; Vivian, 1992; Ghai, 1994).

O aspecto crucial da CBNRM tem relação com a participação das instituições, das comunidades locais e de diferentes organizações. Essa participação é baseada na premissa de que o envolvimento dos atores chave nos processos de tomada de decisão é fundamental para garantir a sustentabilidade (Robinson, 1998; MAtakala; Mushove, 2001).

Apesar do reconhecimento internacional e das políticas nacionais que apoiam o CBNRM, a sua implementação prática tem sido frequentemente marcada por obstáculos que comprometem os seus resultados. Em alguns casos, surgem conflitos relacionados ao uso, ao acesso e ao controle dos recursos naturais. Tais conflitos são geralmente complexos, multifacetados e influenciados por fatores, como desigualdades históricas, sobreposição de direitos, pressões econômicas externas, ausência de mecanismos eficazes de mediação e fragilidade institucional (Leach, et al., 1999; Castro; Nielsen, 2003).

O risco e o perigo desses conflitos aumentam em situações de alta pressão populacional ou de mercado, políticas não responsivas e a conseqüente tomada de decisões irresponsáveis, o que não é incomum em nível regional (ECAPAPA, 2005). Quando não são geridos adequadamente, esses conflitos podem escalar e comprometer os próprios objetivos de conservação e desenvolvimento, enquanto contribuem para a diminuição do potencial dos recursos naturais na atualidade e para as gerações vindouras.

Em locais onde o acesso a recursos naturais renováveis essenciais para os meios de subsistência rurais é altamente disputado, o capital social e as iniciativas de ação coletiva podem ajudar a reduzir e a superar vários conflitos nas comunidades. Por sua vez, as comunidades muitas vezes sofrem pressões do ambiente externo que fragiliza os laços sociais comunitários.

O recente aumento das “apropriações de terras” internacionais, à medida que os países e as empresas procuram garantir a propriedade ou os direitos de utilização a longo prazo das terras agrícolas e a extração de recursos primários, explica o foco nos desafios da gestão de conflitos sobre os recursos renováveis (Anseeuw et al., 2012). Entretanto, a pesquisa sobre as relações causais entre a competição por recursos naturais e os conflitos violentos têm se centrado principalmente em recursos extrativos de alto valor, como o petróleo, as pedras preciosas e outros minerais e madeira. Os conflitos em torno dos recursos naturais renováveis que sustentam os meios de subsistência rurais (terra, água, pesca e florestas) têm recebido muito menos atenção por parte da comunidade de segurança ambiental (Ratner et al., 2013).

O presente trabalho pretende analisar o papel do capital social na prevenção e resolução de conflitos na gestão comunitária dos recursos naturais ligados aos meios de subsistência, explorando experiências locais onde as redes sociais e a confiança coletiva se revelam fundamentais para a governança, para a resolução de tensões e para o desenvolvimento sustentável.

2. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com base em revisão bibliográfica, buscando reunir, analisar e sistematizar conhecimentos teóricos e empíricos já consolidados na literatura científica sobre a influência do capital social na gestão de conflitos em relação à gestão comunitária dos recursos naturais.

A seleção das fontes bibliográficas foi realizada por meio de buscas em bases de dados nas plataformas de acesso aberto: Scielo, Google Scholar, ResearchGate, ERIC (Education Resources Information Center), Scopus e Web of Science. Foram utilizados os seguintes descritores (palavras-chave), em português e em inglês: “Capital social”, “Gestão Comunitária de Recursos Naturais”, “Conflito”, “Social capital”, “Natural Resources Management”, “Conflict”. Ao todo, foram buscados 36 documentos, dos quais 20 foram escolhidos para leitura, principalmente dos seus resumos por apresentarem fundamentação teórica consistente, evidência empírica clara e abordagem direta da relação entre capital social e conflitos na gestão de recursos naturais.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Capital Social e Conflitos na Gestão de Recursos Naturais

O conceito de capital social tem sido amplamente utilizado para explicar como as relações sociais influenciam comportamentos individuais e coletivos, promovendo a cooperação, a governança local e o desenvolvimento sustentável. Estudos demonstram que contextos com elevado capital social tendem a apresentar maior capacidade de governança, maior resiliência social e soluções mais eficazes e legítimas para os desafios locais (Uphoff; Wijayaratra, 2000; Woolcock; Narayan, 2000).

Definido de forma ampla como o conjunto de recursos acessíveis por meio das redes de relações interpessoais, o capital social compreende aspectos estruturais, relacionais e cognitivos que, em conjunto, influenciam significativamente os modos pelos quais os indivíduos interagem com seu meio social, constroem significados e internalizam valores. Esse tipo de relações sociais fundadas nas normas e nas redes de sociabilidade permitem às pessoas agir coletivamente.

As redes de confiança, as normas sociais e os laços de cooperação entre os membros da comunidade desempenham um papel central não só na promoção da ação coletiva, mas também na prevenção e resolução de conflitos. Segundo Keho (2009), os conflitos enfraquecem a coesão social, aprofundam as clivagens sociais entre as comunidades, minam a confiança interpessoal e comunitária de grupo e destroem as normas e valores fundamentais para cooperação e ação coletiva para o bem comum. Se esses aspectos não forem abordados, pode levar a mais conflitos comunitários (Colletta; Cullen, 2002).

Bourdieu (1986) associa o capital social ao poder e à reprodução social. James Coleman (1988) trata-o como um recurso funcional baseado em normas e obrigações, e Robert Putnam (2000) destaca seu papel na vida cívica e institucional, enfatizando a confiança, as redes e as normas sociais. Para Scoones (1998), o capital social é um capital importante entre outros capitais para se pensar na sustentabilidade dos meios de vida.

Para Putnam (2000), as redes de engajamento cívico (associações de bairro, corais, cooperativas, clubes desportivos, festas populares etc.) são um elemento essencial do capital social, pois promovem normas robustas de reciprocidade. Essas normas, por sua vez, sancionam aqueles que não retribuem. Em contraste com os Estados e os mercados, as comunidades fomentam e utilizam de forma mais eficaz os incentivos que as pessoas tradicionalmente empregam para regular a sua atividade comum, como a confiança, a solidariedade, a reciprocidade, a reputação, o orgulho pessoal, o respeito, a vingança e a retribuição.

Sociedades com elevado capital social tendem a apresentar maiores níveis de cooperação, de desenvolvimento econômico e de bem-estar coletivo. Nos estudos contemporâneos, Woolcock e Narayan (2000) propõem três dimensões do capital social: o bonding social capital (laços internos e de solidariedade entre grupos homogêneos), o bridging social capital (conexões entre grupos diversos) e o linking social capital (ligado às relações verticais com instituições de poder). Essas dimensões são essenciais para entender como o capital social atua em contextos de gestão de recursos naturais, especialmente quando envolvem disputas ou diferentes interesses sobre bens comuns. O bonding social capital reforça a coesão interna e permite uma gestão baseada na solidariedade e no apoio mútuo; o bridging social capital contribui para a partilha de experiências entre grupos diversos, ampliando a cooperação; e o linking social capital permite que as comunidades se articulem com instituições formais, garantindo reconhecimento e acesso a recursos e políticas públicas.

A literatura evidencia que comunidades locais, quando possuem elevados níveis de capital social, conseguem desenvolver instituições mais eficazes de gestão dos recursos comuns do que estruturas estatais centralizadas (Ostrom, 1990; Rasmussen; Meinzen-Dick, 1995). Essas comunidades constroem regras legítimas, promovem maior adesão às normas e apresentam melhores capacidades de adaptação e mediação de conflitos. Tyler (1999) argumenta que, em contextos de recursos naturais, o capital social transforma a potencial fonte de conflito em oportunidade de colaboração e construção de soluções locais. Nesse sentido, o capital social funciona como um suporte para a governança comunitária dos recursos naturais, facilitando o diálogo, a negociação e o consenso entre os diferentes atores envolvidos.

No entanto, a presença de capital social não garante automaticamente uma gestão justa e inclusiva. Normas que superam problemas de ação coletiva e constroem confiança dentro, mas não entre famílias, classes sociais ou grupos étnicos, muitas vezes impõem externalidades negativas a não membros desses grupos. Essas normas de raio estreito podem ter implicações adversas para o bem-estar no nível social, assim como o clientelismo (Fukuyama, 1995). Os mesmos laços fortes que ajudam os membros de um grupo podem ser usados para excluir outros membros da comunidade (muitas vezes desfavorecidos) dos benefícios da ação coletiva.

4. EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

4.1 Efeitos positivos do capital social na minimização de conflitos no Uganda, Tanzânia, Moçambique, Peru, Bolívia e Índia

No Uganda, ECAPAPA no âmbito de um Programa que visa à minimização dos conflitos nas regiões Ocidental e Central de África identificou mais de 700 casos de conflitos. Esses incluem conflitos entre múltiplos usuários de recursos locais (agricultores, pecuaristas, usuários a montante e a jusante) para múltiplos propósitos (cultivo, pastoreio, renda e uso doméstico, etc.) e regras (políticas nacionais, estatutos e regulamentos comunitários), bem como conflitos entre preocupações das comunidades locais por melhores meios de vida e preocupações nacionais e internacionais com a conservação ambiental. Os tipos e dimensões desses conflitos eram complexos, abrangendo desde relações de gênero, disputas de terras e confrontos entre agricultores, comunidades locais, governo e instituições externas. Esses conflitos eram alimentados pela fragmentação excessiva de terras agrícolas muito pequenas e pela alta competição pelo uso de terras agrícolas.

Conflitos que opõem os meios de subsistência das comunidades locais e as preocupações nacionais e internacionais com a conservação da biodiversidade e do meio ambiente nas comunidades do entorno do parque foram frequentemente resolvidos pelo uso de múltiplas formas de coerção (violência, assédio, intimidação, multas e prisão), resultando em relações antagônicas e de desconfiança, além de confrontos violentos entre as comunidades locais e as autoridades do parque.

Um terço dos conflitos relatados em Kabale, no Uganda, envolvia as mulheres, sugerindo que uma perspectiva crítica de gênero é essencial em qualquer análise de conflitos que envolvem a gestão dos recursos naturais. O mecanismo mais comumente utilizado para a resolução dos conflitos no Uganda é a arbitragem e a mediação pelos membros do conselho local da aldeia, que facilitam a negociação entre as partes em conflito para se chegar a uma decisão mutuamente acordada.

A dotação de capital social estrutural e de vínculo (structural and bonding social capital), medida em termos de participação em organizações locais e ação coletiva, diminuiu significativamente a probabilidade de ocorrência de conflitos. De igual modo, a dotação de capital social de vínculo (linking social capital), expressa em termos de participação dos

membros da comunidade em programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Extensão Rural, bem como em outras atividades levadas a cabo por ONGs, aumentou a probabilidade de reportar os conflitos (ECAPAPA, 2025).

Gestão da Floresta de Mount Elgon no Uganda – Scott (1998) descreve um conflito entre comunidades locais e autoridades ambientais motivado pela implementação de políticas de conservação que restringiam o acesso tradicional à floresta. O recurso em questão era a própria floresta, vital para a sobrevivência local. A transição do conflito para a colaboração ocorreu graças à revalorização do conhecimento local e ao reconhecimento formal dos direitos comunitários. O capital social de vínculo (*linking social capital*), nesse caso, facilitou o diálogo entre atores com diferentes níveis de poder e promoveu uma gestão mais inclusiva e legítima.

Floresta de Duru-Haitemba na Tanzânia – Na década de 1990, as comunidades da região de Duru-Haitemba, na Tanzânia, assumiram a gestão de uma floresta anteriormente administrada pelo Estado. O principal recurso em disputa era a floresta, que vinha sofrendo degradação devido à exploração descontrolada. O conflito girava em torno do acesso e da proteção da floresta, exigindo soluções sustentáveis e legitimadas localmente. O capital social desempenhou um papel central nesse processo: comitês comunitários foram criados, baseando-se na confiança mútua, em normas locais e na participação ativa dos membros. O resultado foi a restauração ecológica da área, a melhoria dos meios de subsistência e novas fontes de rendimento, como apicultura e ecoturismo. Além disso, a colaboração com ONGs e autoridades governamentais mostrou a importância do capital social, reforçando a legitimidade das instituições locais (Blomley et al., 2008).

Andes (Peru e Bolívia) – Sistemas de Irrigação Acequia. Nas regiões andinas do Peru e da Bolívia, as comunidades camponesas gerem há séculos sistemas tradicionais de irrigação conhecidos como acequias. O recurso em questão é a água, cuja escassez e distribuição geram disputas entre agricultores. O sistema de governança é inteiramente baseado em normas costumeiras, reciprocidade e sanções sociais, sem dependência de autoridades formais. O capital social *bonding* garante a confiança dentro dos grupos, enquanto o *bridging social capital* permite a cooperação entre diferentes grupos sociais e aldeias. Essas redes promovem o uso equitativo da água e a prevenção de conflitos. No entanto, políticas de privatização e a pressão urbana têm colocado em risco essa governança tradicional, destacando os limites do capital social frente às transformações estruturais (Boelens, 2009).

Moçambique – Comitês de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais (CGCRN)
Em várias províncias moçambicanas, como Zambézia e Niassa, foram criados os CGCRN para facilitar a co-gestão de recursos como fauna, madeira e áreas de conservação. Os comitês funcionaram como plataformas inclusivas de tomada de decisão. O capital social mostrou-

se essencial para a articulação com o Estado e as Organizações Não Governamentais (ONGs) cuja ligação é sólida. Porém, em comunidades com baixa coesão interna, fragmentação social ou onde as elites capturaram os processos, o capital social revelou-se frágil e os conflitos se intensificaram. Por exemplo, Siteo & Pinto (2025), no estudo sobre a efetividade da participação das comunidades na gestão dos recursos naturais, encontraram que, apesar da apreciação positiva do modelo de gestão de recursos naturais, o alcance das conquistas decorrentes da participação comunitária ainda é insuficiente, visto que as comunidades têm pouco controle sobre as atividades realizadas pela iniciativa privada que desenvolve projetos de ecoturismo no local, e a iniciativa privada não participa dos Comitês de Gestão de Recursos Naturais, o que chama a atenção para a necessidade de se rever os modelos de gestão comunitária dos recursos naturais para assegurar que todos os atores interessados integrem os (CGCRN).

Na Índia, D'Souza (2010) estudou diferentes abordagens sobre o conflito na partilha de benefícios às comunidades. O problema/conflito surgia quando as subvenções da componente de desenvolvimento eram libertadas para apoio às comunidades; pois se esperava que a partilha dos benefícios fosse igualmente repartida pelas comunidades, uma vez que as aldeias deviam contribuir igualmente para a conservação da floresta. Os mecanismos que ajudavam na resolução de conflitos tinham, em primeiro lugar, a norma social de que os benefícios devem ser compartilhados (até certo ponto, se não proporcionalmente); em segundo lugar, os grupos de autoajuda e as associações juvenis, utilizando as suas 'redes', ajudavam várias associações a se unirem e a contribuir para a construção de infraestruturas comunitárias por meio de trabalho voluntário e, assim, reduziram o custo das operações. Em terceiro lugar, uma liderança eficaz provou ser crucial em todo o processo. Estas negociações para a resolução dos conflitos não teriam sido bem-sucedidas se não fosse pela 'confiança' mútua entre o líder e os membros pertencentes a diferentes aldeias (D'souza, 2010).

4.2 Efeitos Negativos: Capital Social e Conflitos Violentos em Karamoja no Uganda e Tanzânia

Em alguns casos, aspectos do capital social podem ter efeitos adversos. A literatura cita, por exemplo, fortes laços grupais, que podem reduzir a tolerância a estranhos e criar um foco indevido nas necessidades do grupo, em detrimento da sociedade em geral. Observa-se que muitos conflitos civis ou militares são alimentados quando fortes laços intragrupais, baseados em identidade étnica, religiosa ou nacional, resultam em e/ou alimentam suspeita e desconfiança em relação a outros grupos.

Em Karamoja, no Uganda, os conflitos ocorrem geralmente na parte nordeste de Uganda e estão associados à competição por recursos escassos, especialmente água e pastagens e à proliferação de armas. Esses conflitos levam a uma inimizade constante entre as comunidades na região a ponto de haver confrontos armados com impacto negativo nas relações entre as comunidades. Existe, no entanto, uma correlação complexa e intrincada entre escassez de recursos naturais, conflitos e vulnerabilidade. Os aspectos dos movimentos transfronteiriços de pastores, geralmente em busca de pastagens e de outros recursos escassos, muitas vezes seguindo padrões pré-coloniais, frequentemente suscitaram grandes objeções e tiveram consequências graves entre os Karimojong e os distritos vizinhos. Alguns dos efeitos incluem a diminuição da produção agrícola, o deslocamento populacional, o aumento das tensões de identidade de grupo, a insegurança alimentar e o aumento da vulnerabilidade aos fatores naturais e humanos.

Já na região de Manyara, na Tanzânia, parte da tensão gerada pela rivalidade entre diferentes grupos étnicos que vivem em estreita proximidade reflete-se no fato de que os eles frequentemente se referem uns aos outros por meio de termos mais ou menos depreciativos (ECAPAPA, 2025). Em geral, em África, a alta diversidade étnica tem sido considerada um obstáculo ao desenvolvimento, porque provavelmente aumenta a instabilidade política, prejudicando o investimento e o crescimento econômico.

5. CONCLUSÃO

A revisão da literatura e a análise das experiências indicam que o capital social desempenha um papel fundamental na gestão comunitária dos recursos naturais, sobretudo em contextos marcados por disputas, exclusão e ausência do Estado. A presença de confiança mútua, normas partilhadas e redes de cooperação favorecem a criação de instituições locais eficazes e legítimas, contribuindo para a prevenção e resolução de conflitos.

As experiências revistas demonstram que o capital social, em suas diversas dimensões (bonding, bridging e linking social capital), possibilita soluções sustentáveis e inclusivas para o uso dos recursos naturais. No entanto, também revelam os seus limites: onde há fragmentação social, captura de poder ou falta de articulação institucional, a ação coletiva torna-se frágil, e os conflitos tendem a se intensificar.

REFERÊNCIAS

ADAMS, W. M.; AVELING, R.; BROCKINGTON, D.; DICKSON, B.; ELLIOTT, J.; HUTTON, J. et al (2004). Biodiversity conservation and the eradication of poverty. *Science*, v.306, n.5699, 2004, p. 1146–1149. PMID: 15539593. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1097920> Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1097920> Acesso em: 19 mar. 2026.

ADAMS, W. M; HULME, D. If community conservation is the answer in Africa, what is the question? *Oryx*, v.35, n.3, pp.193-200. 2001.

AGRAWAL, A.; REDFORD, K. Poverty, development, and biodiversity conservation: Shooting in the dark? Bronx, NY. Wildlife Conservation Society. 2006.

ANSEEUW, W.; WILY, A.L; COTULA, L.; TAYLOR, M. Land Rights and the Rush for Land: Findings of the Global Commercial Pressures on Land Research Project. Rome: International Land Coalition. 2012.

BLOMLEY, T.; PFLIEGNER, K.; ISANGO, J.; ZAHABU, E.; AHREND, A.; BURGESS, N. Seeing the wood for the trees: An assessment of the impact of participatory forest management on forest condition in Tanzania. *Oryx*, v. 42, n.3, p.380-391, 2008.

BOELEN, R. The politics of disciplining water: The Andean water user associations. Wageningen University. 2009.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: Richardson, J. (Ed.), *Handbook of Theory and Research for The Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood, 1986.

CASTRO, P.A.; NIELSEN, E. Natural resource conflict management case studies: An analysis of power, participation and protected areas. FAO, Rome. 2003.

CHAMBERS, R; CONWAY, J. Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century. IDS Discussion Paper 296.

COLEMAN, J.S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v. 94. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, p.95–120, 1988.

COLLETTA J.; CULLEN, M. L. Social Capital and Social Cohesion: Case Studies from Cambodia and Rwanda. In: GROOTAERT C.; BASTELAER, T. (Eds). *The Role of Social Capital in Development*,

an Empirical Assessment. Cambridge University Press, 2002. p. 279-309.

D'SOUZA, O. R. Social Capital and Conflict Resolution: Lessons from a Community Forestry Programme in Karnataka. SSRN. 2010.

ECAPAPA. Social Capital and Conflict Management – Lessons Learned and Options for Minimizing Resource Use Conflicts. ECAPAPA Policy Brief No. 6. ECAPAPA/ASARECA, Entebbe, Uganda, 2005.

FUKUYAMA, F. Trust: The social values and the creation of prosperity. Free Press, New York. 1995.

GHAI, D. Social Responses to Ecological Degradation: An Annotated Bibliography. UNRISD, Geneva. (1994).

GHAI, D.; VIVIAN, J.M. Grassroots Environmental Action: People's Participation In Sustainable Development. Routledge. 1992.

LEACH, M.; MEARNS, R., & SCOONES, I. Environmental entitlements: Dynamics and institutions in community-based natural resource management. *World Development*. v.27, n.2, p.225–247. 1999.

MATAKALA, P.; MUSHOVE, P. Arranjos institucionais para o manejo comunitário dos recursos naturais (MCRN): perfis e análise de 42 iniciativas de MCRN em Moçambique. DNFFB. Maputo. 2001.

OSTROM, E. Governing the commons: The evolution of institutions for collective action. Cambridge University Press. 1990.

PUTNAM, R.D. Capital social e desempenho institucional. In: Putnam et al. (2000). *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 174-194.

RASMUSSEN, L.N.; MEINZEN-DICK, R. Local organizations for natural resource management: Lessons from theoretical and empirical literature. IFPRI, Washington, DC. (1995).

RATNER, B.D; MEINZEN-DICK, R.; MAY, C.; HAGLUND, E. Resource conflict, collective action, and resilience: an analytical framework. *International Journal of the Commons*, v.7, n.1, p. 183–208, 2013.

ROBISON, M. Democracy, Participation, and Public Policy. In: ROBISON, M. (Ed.). *The Democratic Development State. Political And Institutional Design*. Oxford (UK): Oxford University Press. 1998.

SANGINGA, P.C.; KAMUGISHA, R.N.; MARTIN, A.M. The dynamics of social capital and conflict management in multiple resource regimes: A case of the southwestern highlands of Uganda. *Ecology and Society*, v. 12, n. 1, 2007.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: A framework for analysis. Working Paper no. 72. Institute for Development Studies, University of Sussex, Brighton, UK, 1998.

SCOTT, P. From conflict to collaboration: People and forests at Mount Elgon, Uganda. IUCN, Nairobi. 1998.

SITOE, T.A.; PINTO, D.C. Effectiveness of Community Participation in Natural Resources Management: Empirical Evidence from Magude District, Southern Mozambique. In: HAMBIRA, W. L.; ABDETA, A. A.; MOALAFHI, D.B.; MUPOSHI, V. K.; MOSEPELE, K. (Editors). *Environmental Change and Biodiversity Conservation in Sub-Saharan Africa. Advances in Global Change Research 75*. Springer Nature. Switzerland, 2025.

TYLER, S. Policy implications of natural resource conflict management. In: BUCKLES, D. (Ed.). *Cultivating Peace: Conflict and Collaboration in Natural Resource Management*, Ottawa. IDRC, 1999.

UPHOFF, N.; WIJAYARATNA, C.M. Demonstrated benefits from social capital: The productivity of farmer organizations in Gal Oya, Sri Lanka. *World Development*, v. 28, n. 11, 2000.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: Implications for development theory, research, and policy. *The World Bank Research Observer*, v.15, n.2, p.225-249, 2000.

Contribuições no artigo

Tomás Adriano Siteo declarou ter conduzido todas as etapas da construção do artigo.

Fonte de financiamento da pesquisa, quando houver

O autor declarou que a pesquisa não recebeu financiamento.